

COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGAS
CNPJ 04.363.670/0001-23

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

Em conformidade com a legislação em vigor e com as disposições estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS e os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Registre-se que os signatários das Demonstrações Financeiras e demais peças relativas ao exercício de 2014, citados abaixo, indicados pela acionista Companhia Energética de Brasília - CEB, assumiram a gestão da CEBGAS após 22 de janeiro de 2015, portanto, tais demonstrativos foram encerrados ainda sob a orientação da Administração que deixou a empresa também nas mesmas datas.

Nome	Cargo	Data da posse
Francisco Aurélio Sampaio Santiago	Diretor-Presidente	23.01.2015
Ari Joaquim da Silva	Presidente do Conselho de Administração	12.03.2015
Francisco Aurélio Sampaio Santiago	Membro titular do Conselho de Administração	12.03.2015
Eli Soares Jucá	Membro titular Conselho de Administração	12.03.2015

A **COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGAS**, constituída em 20 de março de 2001, com sede na Cidade de Brasília / DF, é uma sociedade por ações de Economia Mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000, com a finalidade de distribuir gás combustível canalizado, com exclusividade, a todo o Distrito Federal.

A constituição da Companhia se deu por intermédio das ações do governo do Distrito Federal que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo como variável-chave na busca do desenvolvimento sustentado, elaborou um modelo empresarial para desenvolver a indústria desse energético na região. Esse modelo, cristalizado na CEBGAS, buscou conciliar o preceito Constitucional – que delega aos Estados a competência pela distribuição de gás combustível canalizado - com uma gestão empresarial, para a oferta desse serviço, e, ao mesmo tempo, com uma solução que contemple as limitações dos recursos públicos para investimento.

Associando-se à iniciativa privada através da **TERMOGÁS S.A.**, e da **PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO**, o governo distrital, através da **COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB**, deu o passo definitivo na viabilização do suprimento de um energético diferenciado para o Distrito Federal.

LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL

As questões afeitas à logística de transporte do gás natural para o Distrito Federal continuaram a ser avaliadas e discutidas em profundidade, em 2013, com os agentes do setor no país, através da mobilização de esforços dos sócios da CEBGAS.

GÁS NATURAL LIQUEFEITO – GNL

Por intermédio da GNL GEMINI Logística e Comercialização de Gás Ltda, uma sociedade formada entre a WHITE MARTINS, PETROBRAS e GASPETRO, de iniciativa pioneira no país, foi construída uma planta de liquefação de gás natural em Paulínia – SP, a qual iniciou suas operações em 2006, com capacidade de produção de 380.000 m³/dia de Gás Natural Liquefeito – GNL, em condição de suprimento competitivo com outros energéticos a serem deslocados, como a Gasolina C e o Etanol, além do Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (Gás de Cozinha), e, ainda, do Óleo Combustível, de forma econômica para a população do DF e para a CEBGAS.

GASODUTO DE TRANSPORTE

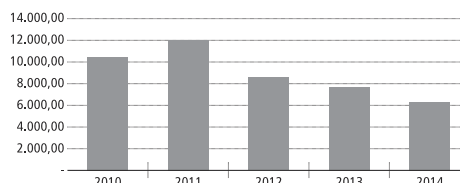
A CEBGAS continuou em 2014 a acompanhar o desenvolvimento do Projeto do Gasoduto do Brasil Central, cuja Licença de Instalação – LI foi emitida pelo IBAMA em novembro de 2013. Este Projeto tem o objetivo de prover o suprimento contínuo de gás natural, por meio do modal dutoviário a partir do Gasoduto Bolívia – Brasil, para os estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Essa é uma alternativa importante para promover o crescimento sustentável da CEBGAS, pois possibilitará o suprimento contínuo de gás natural com custos mais competitivos para a Companhia proporcionando, desta forma, viabilizar a massificação do gás natural, através da construção de uma malha integrada de distribuição, voltada a atender a demanda dos diversos segmentos de mercado do DF.

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS - 2014

No ano de 2014 as vendas da CEBGAS continuaram baseadas no gás natural veicular – GNV – cujo desempenho vem declinando continuamente desde o ano de 2011, conforme pode ser observado na figura abaixo.

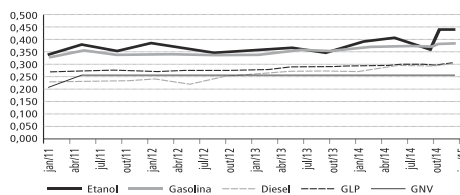
Evolução da Venda Média Anual de GNV (m³/dia)



Com o objetivo de identificar as razões que vêm motivando o comportamento de consumo apresentado, bem como traçar ações de recuperação do mercado, a CEBGAS promoveu uma análise da cadeia de valor do GNV no Distrito Federal que abrangeu o diagnóstico das sub cadeias que contribuem para a composição da oferta de valor para o cliente:

- Oferta de GNV, que abrange as entidades que contribuem para a entrega do produto (do produtor do gás natural liquefeito ao distribuidor do combustível).
 - Adequação do veículo, que abrange as entidades que contribuem para a conversão do veículo para o uso do GNV (dos fornecedores de peças / equipamentos, até os órgãos de inspeção veicular).
 - Cadeia do conhecimento, que engloba as entidades detentoras do conhecimento do assunto (dos fornecedores de equipamentos até os técnicos das oficinas).
- Os resultados da análise indicam que há a necessidade de um esforço de coordenação das diversas entidades no sentido de facilitar a decisão do cliente final de optar pela adaptação do veículo. A comparação histórica entre os custos, por unidade de energia, dos diversos combustíveis está apresentada no gráfico, a seguir.

Evolução do Preço de Energia (R\$/1000 kcal)



Da observação pode-se concluir que mesmo após o aumento brusco ocorrido em 2011, o preço da energia do GNV (sem considerar o rendimento do veículo), tem se mantido abaixo do preço dos concorrentes diretos.

O diagnóstico obtido vem sendo utilizado na elaboração de ações futuras da CEBGAS, bem como no apoio às ações que o cliente da Companhia, no mercado veicular, pretende desenvolver nos próximos anos para o incremento das vendas do produto.

Foi assinado um termo de cooperação com a CEB Distribuição com o objetivo de gerar informações locais que mostrem as vantagens de utilização de gás natural veicular em frotas de veículos, através da realização de testes em duas viaturas da empresa. Os resultados servirão como apoio à decisão dos proprietários de veículos avaliarem a possibilidade uso do combustível.

No que se refere ao mercado industrial, a CEBGAS vem prospectando as possibilidades de utilização do gás natural e avaliando as oportunidades de utilização da utilização do biometano que poderá ser obtido a partir do tratamento de resíduos sólidos e líquido no Distrito Federal.

Como parte desta iniciativa foram feitas visitas a unidades de produção de biometano no Brasil, bem como foi empreendida uma participação no processo de regulamentação do produto pela ANP, através de grupos de discussão, congressos e nas audiências públicas sobre o assunto.

Como parte do incentivo à formação de recursos humanos no Distrito Federal a CEBGAS realizou palestras para alunos da UNB – Gama, do curso de Engenharia de Energia e proporcionou estágios nas áreas Técnica e Administrativa para estudantes de cursos de nível Médio e nível Superior, através de convênio com o CIEE.

As ações para o ano de 2015 estarão voltadas ao incremento das vendas de GNV através da difusão das vantagens do gás natural, do apoio ao aumento das conversões de veículos de frotas, bem como ao desenvolvimento das oportunidades de fornecimento industrial, principalmente através do uso futuro do biometano.

Brasília, 4 de março de 2015.

Francisco Aurélio Sampaio Santiago André Gustavo Lins de Macêdo Heden Cruz
Diretor Presidente Diretor Administrativo e Financeiro Diretor Técnico e Comercial

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
	ATIVOS CIRCULANTES					PASSIVOS CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes de caixa	4	392	696	Fornecedores	11	211	235
Contas a receber	5, 15	159	168	Salários, provisões e contribuições sociais		22	33
Estoques	6	92	84	Impostos a recolher	12	36	45
Impostos a recuperar	7	17	9	Outras obrigações a pagar		7	4
Total dos ativos circulantes		660	957	Total dos passivos circulantes		276	317
ATIVOS NÃO CIRCULANTES				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Impostos a recuperar	7	24	15	Capital social	13	4.921	4.921
Imobilizado	8	8	10	Prejuízos acumulados		(3.535)	(3.016)
Diferido	9	843	1.105	Total do patrimônio líquido		1.386	1.905
Intangível	10	127	135	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.662	2.222
Total dos ativos não circulantes		1.002	1.265				
TOTAL DOS ATIVOS		1.662	2.222				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

Continuação

COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS
CNPJ 04.363.670/0001-23

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)			
	Nota explicativa	2014	2013		Nota explicativa	2014	2013
RECEITA LÍQUIDA	14	3.629	4.390	FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(3.335)	(4.029)	Prejuízo do exercício		(519)	(541)
LUCRO BRUTO		294	361	Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
DESPESAS OPERACIONAIS				Depreciação e amortização	8, 9, 10	273	278
Gerais e administrativas	16	(823)	(890)	Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Remuneração de administradores	16	(40)	(40)	Contas a receber		9	10
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(569)	(569)	Estoques		(8)	1
RESULTADO FINANCEIRO				Impostos a recuperar		(17)	(1)
Receitas financeiras	17	50	28	(Redução) aumento nos passivos operacionais:			
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(519)	(541)	Fornecedores		(24)	(265)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Salários, provisões e contribuições sociais		(11)	4
				Impostos a recolher		(9)	(8)
				Outras obrigações a pagar		3	-
				Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(303)	(522)
				FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
				Aquisição de imobilizado	8	(1)	(1)
				Aquisição de intangível	10	-	(13)
				Caixa aplicado nas atividades de investimento		(1)	(14)
				FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
				Integralização do capital social	13	-	450
				Caixa gerado pelas atividades de financiamento		-	450
				REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(304)	(86)
				Caixa e equivalentes de caixa:			
				No início do exercício	4	696	782
				No fim do exercício	4	392	696
				REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(304)	(86)
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	5.100	(629)	4.471	(2.475)	1.996
Integralização de capital social	-	450	450	-	450
Prejuízo do exercício	-	-	-	(541)	(541)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	5.100	(179)	4.921	(3.016)	1.905
Prejuízo do exercício	-	-	-	(519)	(519)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	5.100	(179)	4.921	(3.535)	1.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A **COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS** ("Companhia") é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000, e tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia também:

- efetuará a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos. A Companhia entrou em operação em 8 de novembro de 2007, através do suprimento de GNL (Gás Natural Liquefeito), proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados como normas brasileiras de contabilidade pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**3.1. Instrumentos financeiros****3.1.1. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas acima.

Categoria (d) - Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

No caso da Companhia compreende:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização, conforme nota explicativa nº 5. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.1.2. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Quando aplicável, esses são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

Continua

Continuação

COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS
CNPJ 04.363.670/0001-23

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais – R\$ mil)

3.2. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.

3.3. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas a taxas anuais descritas na nota explicativa nº 8.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada em cada exercício, e ajustada de forma prospectiva, quando for o caso.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.4. Diferido

De acordo com a Medida Provisória nº 449 emitida em 3 de dezembro de 2008 e convertida na Lei nº 11.941 de 2009, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no diferido representam gastos pré-operacionais referentes a manutenção de estrutura administrativa e outros, incorridos até 31 de dezembro de 2008, que serão amortizados em 10 anos pelo método linear, a partir do início das operações.

3.5. Intangível

Compreende o direito de uso da infra estrutura, construída pelo concessionário como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aprovadas pelas disposições das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que aprovaram o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e a OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão de acordo com o item 42 do OCPC 05 – Contratos de Concessão.

3.6. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam o reconhecimento de perdas por redução ao valor de recuperação.

3.7. Direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em receitas e despesas financeiras. As obrigações são classificadas em:

(a) Circulante

São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

(b) Não circulante

São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.9. Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	50	16
Aplicações financeiras	342	680
Total	392	696

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de 96% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Administração da Companhia como "Caixa e equivalentes de caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2014	31/12/2013
Petrobras Distribuidora S.A.	159	168

A Petrobras Distribuidora S.A. representa o único cliente da Companhia.

A Companhia não possui saldo de contas a receber vencido.

6. ESTOQUES

	31/12/2014	31/12/2013
Gás natural liquefeito – GNL	92	84

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2014	31/12/2013
IRRF a compensar	41	20
Outros	-	4
Total	41	24
Circulante	17	9
Não circulante	24	15

8. IMOBILIZADO

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Benefícios em imóveis de terceiros	Total
Taxa anual de depreciação	10%	10%	20%	10%	10%	
Custo corrigido						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	13	64	72	30	18	197
Adições	-	-	1	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2013	13	64	73	30	18	198
Adições	-	-	1	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2014	13	64	74	30	18	199
Depreciação acumulada						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(12)	(60)	(61)	(28)	(18)	(179)
Adições	(1)	(4)	(2)	(2)	-	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(13)	(64)	(63)	(30)	(18)	(188)
Adições	-	-	(3)	-	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(13)	(64)	(66)	(30)	(18)	(191)
Imobilizado líquido						
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	-	10	-	-	10
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	-	8	-	-	8

9. DIFERIDO

	31/12/2014	31/12/2013
Despesas com pessoal	971	971
Remuneração da administração	393	393
Impostos e taxas	197	197
Serviços de terceiros	339	339
Mapameo e quantificação do mercado de gás	111	111
Despesas gerais e administrativas	1.134	1.134
Despesas financeiras	36	36
Receita financeira	(568)	(568)
Depreciação	108	108
Subtotal	2.721	2.721
Amortização acumulada	(1.878)	(1.616)
Total	843	1.105

10. INTANGÍVEL

	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2012	141	(12)	129
Adição	13	(7)	6
Saldos em 31 de dezembro de 2013	154	(19)	135
Adição	-	(8)	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	154	(27)	127

11. FORNECEDORES

	31/12/2014	31/12/2013
GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda.	201	225
Outros	10	10
Total	201	235

12. IMPOSTOS A RECOLHER

	31/12/2014	31/12/2013
ICMS a recolher	33	38
IRRF a recolher	1	2
PIS a recolher	-	1
COFINS a recolher	2	3
Outros	-	1
Total	36	45

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Capital social**

O capital subscrito é de R\$ 5.100 (2013, R\$ 5.100) e o capital integralizado é de R\$ 4.921 (2013, R\$ 4.921), representados por 180.000 (2013, 180.000) ações sem valor nominal e não conversíveis de uma espécie em outra, conforme demonstrado a seguir:

Continua

Continuação

COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS
CNPJ 04.363.670/0001-23

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais – R\$ mil)

Ações ordinárias	2014 e 2013		Quantidade de ações	Participação no capital social subscrito %
	Capital Social Subscrito	Capital Social Integralizado		
Companhia Energética de Brasília – CEB	867	836	30.600	51
Termogás S.A.	476	459	16.800	28
Petrobras Gás S.A. – GASPETRO	357	345	12.600	21
Total das ações ordinárias	1.700	1.640	60.000	100
Ações preferenciais				
Termogás S.A.	2.125	2.051	75.000	63
Petrobras Gás S.A. – GASPETRO	1.275	1.230	45.000	37
Total das ações preferenciais	3.400	3.281	120.000	100
Total	5.100	4.921	180.000	

A composição acionária não sofreu alterações durante 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os acionistas integralizaram R\$ 450, sem a emissão de novas ações. Durante o exercício de 2014, não houve integralização de capital dos acionistas.

As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.
- O estatuto social prevê a seguinte destinação para os lucros líquidos auferidos em cada exercício:
- 5% para a constituição de Reserva Legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do valor do capital social;
 - É assegurada aos acionistas a percepção de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
 - A Assembleia Geral determinará a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver; e
 - A Companhia poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por proposta da Diretoria e deliberação do Conselho de Administração.

14. RECEITA LÍQUIDA

	2014	2013
Receita bruta de vendas	4.608	5.575
PIS sobre vendas	(76)	(92)
COFINS sobre vendas	(350)	(424)
ICMS sobre vendas	(553)	(669)
Total das deduções	(979)	(1.185)
Receita líquida	3.629	4.390

15. PARTES RELACIONADAS

	TRANSAÇÕES		SALDOS	
	Receita bruta de venda de gás (a)	Compra de gás (b)	Contas a receber (a)	Passivo circulante Fornecedores (b)
Parte relacionada				
Petrobras Distribuidora S.A.	4.608	-	159	-
GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda.	-	3.333	-	201
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.608	3.333	159	201
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.575	4.637	168	225

(a) Os saldos e transações com a Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Companhia ligada, são provenientes de venda de gás natural veicular, efetuados com base em contratos de compra e venda celebrado entre as partes; e (b) O suprimento de gás natural no Distrito Federal é fornecido pela GásLocal – GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda., proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, através de transporte de Gás Natural Liquefeito (GNL).

16. DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pela NBC TG 26 (R1), equivalente ao CPC 26 e o IAS 1, as despesas estão apresentadas a seguir, conforme sua natureza e detalhamento na demonstração do resultado:

	2014	2013
Matéria-prima e materiais de consumo	(3.335)	(4.029)
Depreciação e amortização	(273)	(278)
Serviços de terceiros	(188)	(167)
Despesas com pessoal	(224)	(255)
Aluguéis e condomínio	(89)	(81)
Telefone e energia elétrica	(16)	(15)
Outros	(73)	(134)
Total	(4.198)	(4.959)

Classificado como:

Custos dos serviços prestados	(3.335)	(4.029)
Despesas gerais e administrativas	(823)	(890)
Remuneração de administradores	(40)	(40)
Total	(4.198)	(4.959)

17. RESULTADO FINANCEIRO**Recitas financeiras**

	2014	2013
Rendimentos de aplicações financeiras	50	28
Total	50	28

18. COMPROMISSOS

A Companhia mantém contratos de longo prazo para locação de imóveis, manutenção de equipamentos e outros.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Considerações gerais**

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. Devido ao fato da Companhia ainda não ter iniciado sua operação similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

e) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

20. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 21 de janeiro de 2015, nas quais consideraram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.

DIRETORIA			CONTADORA	
FRANCISCO AURÉLIO SANPAIO SANTIAGO Diretor Presidente	ANDRÉ GUSTAVO LINS DE MACÊDO Diretor Administrativo e Financeiro	HEDEN CRUZ Diretor Técnico e Comercial	Leurídia Aleixo da Silva CRC 018356/02-PE	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Ari Joaquim da Silva	Monique Bernardo Ferrazo de Araújo	José Carlos de Salles Garcez	Francisco Aurélio Sampaio Santiago	Eli Soares Jucá
CONSELHO FISCAL				
Ricardo Jorge Guedes de Souza	Fábio Moreira Amorim	Sandro Alex Rodrigues Dias		
PARECER DO CONSELHO FISCAL				

O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2014, onde é apresentado o valor total do Ativo e Passivo de R\$ 1.662 mil (um milhão e seiscentos e sessenta e dois mil reais) e Prejuízo do Exercício de R\$ 519 mil (quinhentos e dezenove mil reais) Constatou-se que, considerando-se os aspectos relevantes, estes documentos estão em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido apurada nenhuma irregularidade

em relação ao desempenho das atribuições dos administradores ou perante os cofres da Companhia. Com base nos exames efetuados e à vista da opinião favorável da Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda, datado de 21 de janeiro de 2015, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das matérias a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CEBGAS.

Brasília, 18 de março de 2015.

Sandro Alex Rodrigues Dias **Ricardo Jorge Guedes de Souza** **Fábio Moreira Amorim**
Continua

Continuação

COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS
CNPJ 04.363.670/0001-23

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras onde é informado que a Companhia entrou em operação em 8 de novembro de 2007. Atualmente, a operação da Companhia é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso da Companhia não conseguir tornar suas atividades similares à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil. A Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido através de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.

Salvador, 21 de janeiro de 2015

DELOITTE BRASIL Auditores Independentes Ltda.
CRC - 2SP000164/O-4 "F" BA

Rutí Amaral Ramos Bomfim
Contadora
CRC - 1RJ nº 048.044/O-8 "T" BA

DAR-306/2015.

**UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES DO
DISTRITO FEDERAL - UGT-DF**

EDITAL DE CONGRESSO DISTRITAL EXTRAORDINÁRIO

O Presidente da UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES DO DISTRITO FEDERAL - UGT-DF, nos termos da sessão III; Artigo 10; inciso III do Estatuto Social, convoca a Executiva Distrital, Entidades sindicais filiadas em dia com suas obrigações estatutárias, e com direito a voto, para comparecerem ao Congresso Distrital Extraordinário, com o seguinte tema "Conjuntura Sócio-Econômica e Mundo do Trabalho", que será realizado no dia 06 de maio de 2015, com início às 8:00 horas em primeira convocação, com cinquenta por cento dos sindicatos filiados. Em não havendo número legal, estão reconvidados para as 8:30 horas, com qualquer número de presentes tendo por local o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Auditório Alvorada, localizada no Eixo Monumental - Lote 05, Brasília - DF, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1 - Prestação e Aprovação de contas do exercício financeiro de 2014, de acordo com o parecer do Conselho Fiscal;
- 2 - Apreciação do parecer da Executiva Distrital sobre os pareceres do Conselho Fiscal;
- 3 - Eleição e posse da diretoria executiva Distrital da UGT-DF, para o exercício do mandato até 05 de maio de 2019;

São delegados natos ao CONGRESSO distrital ora convocado: Os membros da Executiva Distrital, do Conselho Fiscal e presidentes das entidades sindicais filiadas a UGT-DF, ou o seu representante legal, conforme Estatuto.

Brasília - DF, 30 de março de 2015.

ISAÚ JOAQUIM CHACON
Presidente

DAR-300/2015.

**CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES, ENTIDADES E LIDERANÇAS
DA VILA ESTRUTURAL, SETORES DE CHACARAS DOS
CORREGOS CANA DO REINO E CABECEIRA DO VALO, E SETOR
COMPLEMENTAR DE INDUSTRIA
E ABASTECIMENTO - COASELES**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente do COASELES, com sede provisória no Setor Oeste, Quadra 01 Conjunto "1" Lote 62, Vila Estrutural, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 13, Item "1", com base nos art. 14 letra "a", do Estatuto desta entidade, CONVOCA os associados para participar da Assembleia Geral, a ser realizada no dia 1º/04/2015, às 18h00, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos seus sócios ou, às 18h35, em segunda convocação, com a presença de 1/3 (um terço) dos sócios ou, às 19h05, em terceira e última convocação, com qualquer número de associados presentes, com a seguinte pauta: 1º) Alteração do Estatuto, 2º) Eleição da nova Diretoria, 3º) Assuntos Gerais. Brasília/DF, 26 de março de 2015, João Joaquim Batista - Presidente.

DAR 301/2015.

MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A.

CNPJ: 00.003.228/0001-35

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os Srs. Acionistas de Moto Agrícola Slaviero S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no próximo dia 15 de abril de 2015, às 09h00, na sede social da empresa, localizada à CRS 505, Bloco B, nº 35, em Brasília (DF), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Apreciação e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Relatório de Auditores Independentes; II - Deliberar sobre a proposta da Diretoria acerca da destinação do resultado do exercício; III - Deliberação acerca dos juros sobre capital creditados aos acionistas no exercício de 2014, no valor de R\$ 1.618.246,47; IV - Eleição da Diretoria para o exercício 2015/2016; V - Fixação, ou não, dos honorários da Diretoria; VI - Remuneração dos acionistas para o exercício 2015/2016, pelas seguintes alternativas: na forma de juros sobre capital e/ou dividendos mensais, trimestrais, semestrais, ou ainda, conforme o resultado mensal da empresa e/ou disponibilidade de caixa; Brasília, 26 de março de 2015. Sérgio Slaviero, Diretor.

DAR-304/2015.

**SINDICATO DOS PROCURADORES DO DISTRITO FEDERAL
ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO DISTRITO FEDERAL**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Procuradores do DF e a Associação dos Procuradores do DF convocam os seus filiados a comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL. A Assembleia Geral tem o objetivo de deliberar sobre: 1. Distribuição dos honorários advocatícios da execução fiscal; 2. Debates sobre a resolução nº 04/2014 do Conselho do Fundo do Pró-Jurídico; 3. Assuntos gerais. Esta ocorrerá no dia 07/04/2015 (terça-feira), às 15:00 horas, na Procuradoria-Geral do Distrito Federal endereço: SAM bloco 1 - Ed. Sede - Asa Norte - Brasília/DF, Brasília/DF, 27 de março de 2015. Ney Natal de Andrade Coelho, Presidente SINDPROC, Fábio Capell Farias Silva, Presidente - em exercício, APDF.

DAR-305/2015.

**WEB THINGS PARTICIPAÇÕES EM TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO S.A.**

CNPJ/MF nº 08.963.501/0001-85
NIRE 5330000855-8

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da Web Things Participações em Tecnologia da Informação S.A. ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 30 de Abril de 2015, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, SCN Quadra 01, Bloco F, N. 79, Sala 316 - Asa Norte, CEP 70.711-905, para examinarem e deliberarem sobre as seguintes matérias:

- (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (iii) Eleger os administradores.

Informações Gerais - Documentos à Disposição dos Acionistas: Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Brasília, 30 de Março de 2015.

José Geraldo Maciel Júnior
Diretor Presidente

DAR-303/2015.

ANTÔNIO PREDIGER

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que está requerendo do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação para a atividade de Irrigação, na BR 251 Km 07, Fazenda Bela Vista Módulo D - 17, N.R. Lamarão PAD-DF Paranoá - DF. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. ANTÔNIO PREDIGER - Proprietário.

DAR-302/2015.

HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA JOSÉ ALENCAR

**AVISO DE RESULTADO
CHAMAMENTO Nº 330/2014**

O Coordenador de Suprimentos do Hospital da Criança de Brasília José Alencar - HCB torna público aos interessados que o Resultado do Chamamento Nº 330/2014, com o prazo para recebimento das propostas finalizado em 10/03/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para contratação de cobertura de seguro predial para atender o Hospital da Criança de Brasília José Alencar - HCB, apresenta a seguinte empresa vencedora: lote único para empresa Mapfre Seguros Gerais S.A., pelo valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Brasília - DF, 27 de Março de 2015. Bruno Monteiro da Rocha Pitta. Coordenação de Suprimentos, IC/PE / HCB. FILANTROPIA-46/2015.